

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**GUILHERME ROCHA FARIA**

**A EMERGÊNCIA DO IRÃ COMO NOVA POTÊNCIA NUCLEAR: CAMINHO  
ALTERNATIVO PARA A PAZ NO ORIENTE MÉDIO?**

**UBERLÂNDIA**

**2026**

GUILHERME ROCHA FARIA

**A EMERGÊNCIA DO IRÃ COMO NOVA POTÊNCIA NUCLEAR: CAMINHO  
ALTERNATIVO PARA A PAZ NO ORIENTE MÉDIO?**

Relatório de Iniciação Científica apresentado  
ao Curso de Relações Internacionais da  
Universidade Federal de Uberlândia como  
trabalho de conclusão de curso.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Pedroso Mendes

UBERLÂNDIA

2026

## **RESUMO**

A pesquisa abordou a temática do programa nuclear iraniano e realizou uma análise acerca do papel da obtenção das armas nucleares na amenização das tensões no Oriente Médio, com foco na relação entre Irã, Israel e Estados Unidos. A pesquisa foi dividida em cinco partes: em um primeiro momento introduziu-se o assunto e posteriormente foi realizada uma discussão teórica referente ao papel da bomba nuclear na política internacional e à temática da dissuasão nuclear. Após a realização dessas duas etapas, foram feitas apresentações acerca dos adversários iranianos estudados, neste caso Estados Unidos e Israel, além de uma análise relacionada aos recentes conflitos militares entre o Irã e seus dois oponentes. Posteriormente, foi feita a avaliação dos resultados e da discussão final. Ao final, chegou-se à conclusão de que a possível posse de armas nucleares pelo Irã atuaria como fator de estabilidade regional, com a necessidade do cumprimento de requisitos, como boa condução da dissuasão e manutenção de um arsenal nuclear adequado e que assegure a capacidade de retaliação iraniana. Além disso, também foi analisada a viabilidade do uso do meio militar por parte de Estados Unidos e Israel para impedir com que o Irã obtenha armas nucleares, com a conclusão de que a guerra não é a melhor alternativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dissuasão; Oriente Médio; Estratégia nuclear; Bombas nucleares; Programa nuclear iraniano.

## 1. Introdução

Esta pesquisa teve como objetivo produzir uma análise acerca do programa nuclear iraniano. Assim, o objeto da pesquisa foi justamente o programa nuclear iraniano, analisado a fim de obter um entendimento sobre a temática. O espaço delimitado é justamente o Oriente Médio, com foco direcionado às interações estratégicas estabelecidas entre o Irã e dois dos seus principais adversários: Estados Unidos e Israel.

O Oriente Médio é uma das regiões de maior destaque dentro da área de Relações Internacionais, e desperta grande interesse acadêmico, principalmente com relação às temáticas de segurança. Esta pesquisa, como já foi mencionado anteriormente, buscou realizar uma análise acerca do programa nuclear iraniano. O Irã busca se tornar a próxima grande potência nuclear dentro do Oriente Médio. Seu programa nuclear emergiu ainda na década de 1950, nos tempos do Xá Mohammed Reza Pahlavi (Smith, 2021). Contudo, com a instauração da Revolução Islâmica de 1979, o então novo líder do país, o Aiatolá Ruhollah Khomeini, decidiu paralisar o programa nuclear do país, visto por ele como um “pecado”, contrastante aos ensinamentos perpetrados pelo Islamismo (Smith, 2021).

Porém, a Guerra entre Irã e Iraque pode ser considerada como um ponto chave de inflexão para o regime dos Aiatolá, pois auxiliou na mudança de pensamento mantida pelos dirigentes iranianos acerca do desenvolvimento do programa nuclear do país (Smith, 2021). No decorrer dos anos 2000, sobretudo a partir de 2002, o programa nuclear do país tem sido alvo de grandes críticas, conectadas ao descumprimento do TNP (Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares) por parte do Irã, com alegações de que os iranianos não permitiam a inspeção regular de seu programa pela AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica) (Gonçalves; Cerioli, 2012).

Em anos recentes, as incertezas ligadas ao programa nuclear iraniano se intensificaram, e o cenário tem se agravado de maneira intensa. As relações entre Irã e Estados Unidos, por exemplo, têm se deteriorado vertiginosamente, principalmente desde os anos de 2019 e 2020, em virtude da morte do general iraniano Qasem Soleimani (Gontijo; Januário, 2020). O quadro também envolve países como Israel e Arábia Saudita, que mantêm fortes rivalidades com o Irã, sendo hostis ao programa dos iranianos em grande parte do tempo (Gontijo; Januário, 2020).

A verdade é que o programa nuclear iraniano constitui-se como objeto de intensa discussão no meio internacional. As iniciativas de enriquecimento de urânio têm contribuído para o aumento das tensões entre Teerã e as potências ocidentais, com destaque aos Estados

Unidos (Sahimi, 2013). Como já mencionado, as relações entre iranianos e norte-americanos são marcadas por grande tensão, e o programa nuclear iraniano tem sido um dos grandes temas de política externa dentro dos Estados Unidos (Sahimi, 2013). As posturas geralmente são hostis ao regime dos Aiatolá. O presidente Bill Clinton, por exemplo, classificou o Irã como um *rogue state*, classificação utilizada no caso de países considerados hostis pelos norte-americanos (Gontijo; Januário, 2020).

Contudo, é válido ressaltar que a iniciativa nuclear iraniana não é inédita e única dentro da região do Oriente Médio. Israel é o único país da região que possui um arsenal nuclear, mesmo que tal fato seja encoberto pelas autoridades governamentais do país (BenLevi, 2022). Idem, considera-se que a manutenção da posse de armas nucleares por Israel é sustentada como implícita forma de garantia de segurança contra ameaças externas que podem vir a atacar o país. BenLevi (2022) também reitera que o governo israelense barra qualquer vazamento de informação que possa expor de forma exata a extensão das capacidades nucleares israelenses. Da mesma forma, é possível notar que Israel se abstém de realizar testes nucleares, justamente para ocultar informações mais detalhadas a respeito das forças do país.

A pesquisa possui um objetivo geral e três específicos. Procurou-se, como objetivo geral, analisar se a possível emergência do Irã como potência nuclear poderia atuar como fator de estabilidade no Oriente Médio, com foco nas relações de Teerã com Estados Unidos e Israel. Como já ressaltado, três foram os objetivos específicos, voltados a responder os seguintes questionamentos:

- a) Por que o Irã gostaria de obter armamentos nucleares?
- b) Quais os requisitos necessários para a condução de uma dissuasão nuclear efetiva por parte de um hipotético Irã detentor de armas nucleares?
- c) O enfrentamento militar, optado por Estados Unidos e Israel, é a melhor alternativa para impedir que o Irã obtenha uma bomba nuclear?

A pesquisa apresentou uma abordagem qualitativa e teórico-analítica. Ademais, a pesquisa exigiu revisão documental e bibliográfica de documentos de defesa, livros e artigos. A pesquisa feita foi descritiva e contou com o exame do cenário conflituoso existente entre o Irã e seus principais adversários, Estados Unidos e Israel. Na segunda seção, posterior à parte introdutória, será feita uma discussão teórica referente ao papel da bomba nuclear na política internacional e à dissuasão nuclear. Em seguida, na terceira seção, Estados Unidos e Israel serão apresentados, com destaque ao estudo de suas políticas estratégicas. Nesta mesma parte,

será feita uma discussão acerca dos recentes enfrentamentos envolvendo os três países. Por fim, será feita uma discussão final, com apresentação dos resultados.

## **2. Discussão Teórica**

### **2.1. O surgimento da bomba nuclear na política internacional**

Esta seção será destinada a identificar os possíveis motivos que levariam o Irã a desenvolver armas nucleares. A política internacional pós-1945 tem sido, em grande medida, a política das armas nucleares, novo elemento inserido no Sistema Internacional, e o país detentor desse novo tipo de tecnologia goza do poder de impor limites, moldar preferências e regular comportamentos (Debs; Monteiro, 2016). É impossível negar o peso das armas nucleares na política internacional, e como seu alto poder de destrutividade traduziu-se como um grande trunfo para os países que as possuem, com geração de imenso poder e provisão de estabilidade para os mesmos (Saqib; Ali, 2023). Um dos textos mais importantes acerca das armas nucleares e de sua proliferação é o artigo *The Spread of Nuclear Weapons: More may better*, escrito por Kenneth Waltz, em 1981. Waltz (1981) apresenta sete razões pelas quais um país almeja desenvolver armas nucleares:

- a) Grandes potências sempre almejam neutralizar o armamento de outras grandes potências;
- b) As armas nucleares podem servir de proteção para os países cujas grandes potências aliadas podem não vir a retaliar ataques de outras potências;
- c) Países que possuem inimigos que tenham armas nucleares e aliados que não as possuem podem vir a desenvolver armamento nuclear;
- d) O medo do poderio atual e futuro de um adversário pode fazer com que o país se sinta inseguro e planeje aprimorar seu armamento;
- e) Armas nucleares são alternativas baratas e viáveis;
- f) Os países podem desejar possuir armas nucleares por motivos exclusivamente ofensivos;
- g) Aumento de status dentro do Sistema Internacional;

Como é de conhecimento geral, a introdução das armas nucleares na política internacional ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente nos períodos

finais. O ano de 1945 consolidou-se como um marco, principalmente com os ataques de Hiroshima e Nagasaki, duas cidades japonesas atingidas por bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos (Freedman, 2003). Porém, aqueles que estudam de forma detalhada a estratégia nuclear e seu papel dentro da política internacional, também consideram o ano de 1952 como ponto de virada. É justamente nesta época que é introduzido um novo tipo de bomba, com uma capacidade destrutiva consideravelmente maior que a das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki (Trachtenberg, 1989). As bombas que atingiram o território japonês, denominadas *Little Boy* e *Fat Man* liberaram explosões equivalentes a 15 mil e 21 mil toneladas de TNT, valores altos e que impressionaram o mundo na década de 1940 (Estados Unidos, 2015). No entanto, como já mencionado anteriormente, o poder de destrutividade das bombas de 1945 era inferior se comparado às bombas advindas da Revolução Termonuclear. Tornava-se claro que a área nuclear tinha atingido um novo patamar, principalmente a partir dos testes realizados pelos Estados Unidos no princípio da década de 1950.<sup>1</sup>

Este novo tipo de bomba, que possui um poder destrutivo maior, é obtida por meio de um processo de fusão nuclear, diferente das bombas atômicas de 1945, resultantes da fissão nuclear. A fissão nuclear configura-se como um processo mais simplificado e mais simples de ser obtido em comparação à fusão nuclear.<sup>2</sup> Ademais, conforme evidenciado por Brodie (1959), as bombas atômicas de 1945 permitiam uma hipotética formulação de estratégias aéreas defensivas, já que o poderio dessas armas não excluía a possibilidade de uma defesa contra elas.

Com a Revolução Termonuclear, o espaço destinado às estratégias defensivas aéreas foi reduzido, pois como já mencionado, as novas armas já não permitiam, em um primeiro momento, a adoção deste tipo de defesa. Teóricos como Arbatov (2020) salientam que as bombas concebidas em 1945 não inauguraram automaticamente, dentro da política internacional, a dissuasão nuclear, já que, no momento de sua primeira aparição, a bomba nuclear era tida como mais um outro tipo de armamento convencional dentro do sistema internacional. Após a Revolução Termonuclear, o que passou a ser considerado foi o

---

<sup>1</sup> A Operação Ivy, conduzida em 1952, consistiu na detonação de duas bombas de hidrogênio, denominadas “Mike” e “King”. Conforme apresentado pela Agência de Redução de Ameaças de Defesa (DTRA, sigla em inglês), a explosão da bomba “Mike” foi de 10.4 megatons, enquanto que a explosão da bomba “King” foi de 500 kilotons (Estados Unidos, 2015).

<sup>2</sup> Conforme apresentado por Wiltgen (2024), a fissão nuclear consiste na emissão de um nêutron de alta energia em direção a um átomo de urânio. Esta emissão é feita com o intuito de provocar uma quebra da estrutura molecular do átomo de urânio, e liberar outros nêutrons de alta energia, que quebrarão outros átomos instáveis nas proximidades, provocando uma reação em cadeia. Tal reação em cadeia, quando perde o controle, provoca uma grande explosão, que resulta nas bombas atômicas. Ao contrário da fissão nuclear, a fusão nuclear, de acordo com Wiltgen (2024), impõe maiores dificuldades tecnológicas aos cientistas, pois necessita de uma temperatura muito alta, maior que a do sol. Esta temperatura permite o rompimento da barreira eletrostática

fenômeno da “aniquilação mútua”, comparado, à época, a situações hipotéticas peculiares, como a presença de dois escorpiões em uma garrafa (Kahn, 1960).

O surgimento da aniquilação mútua se deu, em grande medida, pelo intenso aumento dos arsenais nucleares de EUA e URSS ao longo da década de 1950, até chegar ao começo dos anos 60 (Oliveira, 2019). Antes da aniquilação mútua, a tese dominante nos anos de 1950 nos EUA era a tese da “Retaliação Massiva”, endossada pelo governo Eisenhower.<sup>3</sup>

Conforme apontado por Kahn (1960), os entusiastas da aniquilação mútua acreditavam que tal estratégia permitia a amenização de gastos colaterais, voltados para a redução de danos, perdas e recuperação pós-guerra. Assim, a aniquilação mútua, também nomeada como “homicídio mútuo” ou “destruição mútua”, consolidou-se como uma estratégia barata aos países. Ela também facilitava a concretização de ações de dissuasão, que poderiam ser concretizadas com a posse de poucas armas (Kahn, 1960).

Na mesma época, chegou-se à conclusão que o homicídio mútuo deveria ser assegurado. A destruição mútua assegurada (MAD, sigla em inglês), foi muito debatida nos Estados Unidos durante a década de 1960, com Robert McNamara no cargo de secretário de defesa (Freedman, 2003). Robert McNamara, então secretário de defesa da administração Kennedy, inicialmente propôs uma estratégia nuclear que buscava evitar o ataque direcionado a centros urbanos, com a proposta de mudar o foco para alvos estritamente militares (Correll, 2018). Contudo, McNamara reformulou sua proposta, e adotou a destruição mútua assegurada, a qual inclui centros urbanos como alvo (Correll, 2018). Em uma situação de destruição mútua assegurada, um determinado país dissuade possíveis ataques inimigos simplesmente mantendo a ameaça de que, caso o movimento ofensivo seja realmente feito pelo adversário, haverá uma garantia de retaliação, com a promessa de uma alta quantidade de dano (Freedman, 2003). Assim, em uma ocasião como essa, mesmo que o país sofra um primeiro ataque, ele revidará de maneira ainda mais punitiva (Freedman, 2003).

A MAD está intimamente conectada à forma com a qual é utilizado determinado armamento no Sistema Internacional. Assim como foi descrito, na MAD há a promessa de retaliação, acompanhada de uma quantidade massiva de dano que será direcionada ao adversário.

---

<sup>3</sup> Freedman (2003) apresenta que a estratégia nuclear norte-americana da “Retaliação Massiva”, formulada durante a administração Eisenhower, buscava explorar a superioridade nuclear dos EUA frente à URSS, e enfatizava que para deter a ameaça soviética era necessário infligir uma enorme quantidade de dano, o que somente seria feito por meio da ostensiva utilização de armamentos nucleares. Esta estratégia também levava em consideração o racionamento de gastos advindo do enfoque no desenvolvimento de armas nucleares, alternativa que envolve menos custos.

Assim, de acordo com Jervis (1989), dois adversários conseguem causar um alto nível de destruição de forma mútua, situação na qual ambos perdem em um confronto, o que só atesta o fato de que as armas nucleares foram capazes de modificar a política. A bomba nuclear também moldou outros aspectos da área militar. Este novo tipo de armamento, capaz de obliterar cidades inteiras em questão de horas, modifica a forma de punir um adversário na guerra, já que bombas convencionais permitiam com que o ato de punição fosse administrado mais lentamente (Jervis, 1989). Do mesmo modo, como já explicitado anteriormente, as armas nucleares reduziram o poderio da defesa. Conforme aponta Wirtz (2018), essa situação perdura nos dias atuais, e possibilita a destruição imediata de “alvos contravalor”, ligados a centros populacionais.

Nas décadas posteriores, novas estratégias nucleares ganharam espaço. Nos anos finais da Guerra Fria, acordos como o Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START I, sigla em inglês) e o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário abriram espaço para a formulação da “Estabilidade Estratégica”, a qual visava retirar os incentivos para realizar primeiros ataques nucleares (Arbatov, 2020). Os tratados supracitados foram firmados já em um momento no qual não eram mais priorizados enormes arsenais nucleares pelos países detentores de armas nucleares (Arbatov, 2020).

No século XXI, pode-se dizer que o cenário mudou novamente. A doutrina da “Estabilidade Estratégica” sofreu um processo de deterioração, haja vista a corrida armamentista instaurada entre a Rússia e o Ocidente, o que fez com que se abrisse o horizonte para o aumento dos arsenais nucleares (Arbatov, 2020). Contudo, como será visto, o movimento para a ampliação de estoques de armamentos nucleares é arriscado, e contribui para o surgimento de um cenário de instabilidade na política internacional.

O que é possível identificar é a importância das armas nucleares dentro da política de defesa, e como elas atuam como uma garantia de segurança aos países que as detêm. Ademais, pôde-se perceber o quanto são essenciais em cenários de dissuasão, já que, como explicado, tais armamentos redefiniram a política internacional, pois sua lógica de funcionamento é distinta da mesma apresentada por um tipo de armamento convencional. Os sistemas de defesa, válidos para a neutralização das armas convencionais, já não eram mais efetivos contra artefatos nucleares. Assim como apresenta Wirtz (2018), a dissuasão convencional não possui um alto grau de credibilidade, equiparável ao da dissuasão nuclear.

## **2. 2. Dissuasão nuclear como conceito-chave**

### 2.2.1. A Dissuasão e o uso da violência

Nesta subseção será feita uma breve reflexão a respeito do conceito de “dissuasão” e de sua ligação com pensamentos acerca do papel da violência, muito presente na área nuclear. No tocante à violência, será que ela é um elemento utilizado somente para destruir totalmente o adversário? Diplomacia e violência são, necessariamente, conceitos antagônicos? Tais questionamentos não são novos dentro da academia, e foram muito bem analisados e dissecados pelo renomado economista Thomas Schelling, importante nome na área da estratégia.

Thomas Schelling, renomado economista, redigiu o livro *Arms and Influence*, de 1966. Conforme Schelling (1966) aponta, a violência não é somente utilizada para efetivar capturas e conquistas, mas também pode ser usada para ferir, funcionalidade que se encaixa na “diplomacia da violência”. A violência se torna mais efetiva e bem-sucedida quando não é utilizada, ou seja, se encaixa de forma adequada em situações de ameaça (Schelling, 1966). O poder de ferir que a violência possui pode ser exemplificado em um trecho presente em “Arms and Influence”. Conforme apresentado por Schelling (1966, p. 9), “Táticas que assustam os soldados a ponto de fazê-los correr, abaixar a cabeça ou depor as armas e se render representam coerção baseada no poder de causar dano”<sup>4</sup> (tradução nossa).

A diplomacia da violência, apresentada por Schelling (1966), conecta-se também ao lugar da sociedade e das forças armadas nos conflitos militares. Até a Segunda Guerra Mundial, o ataque direcionado à sociedade do inimigo não constituía-se como ponto central de uma ofensiva.<sup>5</sup> Assim, Schelling (1966) apresenta que os países tinham, como tendência, considerar a ação militar como uma alternativa ao processo de barganha, e não necessariamente inserida no processo de barganha.

Assim como Schelling, Kenneth Waltz também aborda as mesmas ideias em seu artigo já mencionado anteriormente. Waltz (1981) afirma que a força pode ser usada de maneira defensiva, ofensiva, dissuasória e coercitiva. No geral, defesa e dissuasão são conceitos que podem causar certa confusão, e podem ser caracterizados de maneira inadequada. A dissuasão, ao contrário da defesa, está ligada à capacidade de punir o adversário, e não simplesmente defender (Waltz, 1981). Conforme apresenta Shubik (1987), no uso cotidiano,

---

<sup>4</sup> “Tactics that frighten soldiers so that they run, duck their heads, or lay down their arms and surrender represent coercion based on the power to hurt” (Schelling, 1966, p. 9).

<sup>5</sup> Schelling (1966) analisa que, por motivos geográficos e tecnológicos, as decisões militares, até a Segunda Guerra Mundial, tinham como alvo principal as forças militares inimigas, e não necessariamente a sociedade adversária. Este aspecto tira da discussão a tese de que os governos desses países não adotaram a sociedade como alvo central por motivos morais e éticos.

dissuadir é desencorajar a tomada de uma ação a partir do medo e da dúvida. Arbatov (2020) segue a mesma lógica acerca do conceito, ao afirmar que o ato de dissuadir consiste em intimidar o oponente com o intuito de impedi-lo a tomar uma determinada ação, ou moldar seu comportamento para que atenda aos interesses da parte que dissuade. No contexto nuclear, a dissuasão é concretizada quando há a manifestação da intenção de uso de armas nucleares para dissuadir um determinado adversário (Shubik, 1987).

Da mesma forma, como aponta Tertrais (2022), a dissuasão necessita de dois elementos: capacidades, responsáveis por conferir credibilidade à ameaça, e comunicação, importante para manifestação da vontade de usar o poderio próprio, neste caso as armas nucleares. Tertrais (2022) adiciona que a comunicação deve ser feita de forma que mantenha certa ambiguidade, mas ao mesmo tempo transparência, haja vista sua importância, aliada ao caráter essencial das capacidades. Assim, percebe-se que a dissuasão é um ato complexo, e que deve ser bem conduzida para se tornar efetiva.

Teóricos como Thomas Schelling preocuparam-se em destacar a importância da condução de ameaças. Como já mencionado, para que uma ameaça seja bem-sucedida, ela deve ser crível. Em um artigo denominado *An Essay on Bargaining*, escrito por Thomas Schelling em 1956, é apresentado ao leitor um novo elemento conectado à imposição de ameaça. Para Schelling (1956), o ato de ameaçar por meio da promessa do uso da força após um possível ataque do inimigo é nada mais do que um ato de comunicação, com o intuito de impressionar o outro lado. O único incentivo que o lado que ameaça tem é o de ligar-se ao cumprimento da própria ameaça, ou seja, não é de interesse da parte que ameaça a condução efetiva, concreta e literal desta ameaça (Schelling, 1956).

### 2.2.2. A questão da credibilidade

Na área da estratégia nuclear, a simples obtenção da bomba nuclear não é suficiente para a concretização da total segurança de um determinado país. De acordo com Schelling (1956), para que o processo de barganha seja concretizado, deve-se ter a certeza de comprometimento da ameaça, ou seja, o poder de barganha provém da capacidade de se vincular a uma determinada posição. Assim, para um ator persuadir e convencer aliados e inimigos de que irá ao combate, ele não só deve possuir as capacidades militares, mas também a habilidade de projetar intenções para induzir o comportamento de outros (Schelling, 1966).

Portanto, conforme Schelling (1966) explica, é essencial fazer com que o adversário acredite em sua ameaça, para que então a dissuasão possa ser bem-sucedida. A credibilidade

em um confronto termonuclear está, assim, associada à capacidade de ambas as partes em se ligar à ameaça e fazer com que o inimigo acredite na mesma. Da mesma forma, Wirtz (2018) salienta a importância de manter a credibilidade, mesmo na situação em que a dissuasão possa falhar. Ou seja, a parte que será dissuadida deve ser levada a acreditar que a ameaça será conduzida após a falha de uma dissuasão (Wirtz, 2018).

Dessa forma, percebe-se que a credibilidade é essencial para a condução de uma ameaça e concretização de um evento dissuasório. A situação se encaixa perfeitamente no “Jogo do Galinha”, uma das modalidades presentes na Teoria dos Jogos. O jogo do galinha é inspirado em um clássico cenário de duelo de carros entre dois jovens em um filme norte-americano, no qual os dois ameaçam provocar uma colisão, com o perdedor sendo aquele que desvia primeiro, apelidado de “galinha” (Fiani, 2016). Caso os dois jovens decidam desviar, nenhum deles perde o jogo, e no caso contrário, ambos sofrem acidentes extremamente graves (Fiani, 2016). Ambas as partes no “jogo do galinha” buscam manter uma imagem de “durão”, “forte”, e portanto cada jogador prefere não desviar, caso o outro desvie. Segue abaixo a Figura 1, representação esquemática do jogo da galinha, retirada do livro de Fiani (2016):

Figura 1: O Jogo do “Galinha”

| James      | John       |        |
|------------|------------|--------|
|            | Não Desvia | Desvia |
| Não Desvia | -2, -2     | 2, -1  |
| Desvia     | -1, 2      | 0, 0   |

Fonte: Fiani (2016)

Portanto, conforme também apresenta Snyder (1971), o estabelecimento de credibilidade no jogo do “galinha” envolve a criação de medo, diferente de outros jogos, como o “Dilema do Prisioneiro”, no qual a credibilidade advém do ato de incutir confiança. Além do poder de gerar medo, é necessário se manter em uma posição firme durante o processo de dissuasão. De acordo com Nalebuff (1986), o aspecto da firmeza não é proveniente de uma simples decisão de tudo ou nada, mas sim de uma questão de duração, de quanto tempo é possível manter tal posição de firmeza. Ademais, o risco de uma escalada de um conflito em direção a uma confrontação nuclear pode fazer com que a mera possibilidade de que tal conflito ocorra faça uma das partes recuar (Nalebuff, 1986).

Assim, é imprescindível, em um cenário de dissuasão, apostar na insanidade e imprevisibilidade própria, em lugar da habilidade, ponderabilidade e calma (Schelling, 1966). Schelling (1966) apresenta a importância de ir até o limite, em direção a um lugar no qual já não seja mais possível o recuo. Em *The Strategy of Conflict*, Schelling apresenta a mesma lógica, denominada de *Brinkmanship*:

Brinkmanship é portanto a criação deliberada de um risco reconhecível de guerra, um risco que não se controla totalmente. É a tática de deixar deliberadamente que a situação saia um pouco do controle, justamente porque esse desequilíbrio pode ser intolerável para a outra parte e force sua acomodação. Significa hostilizar e intimidar um adversário expondo-o a um risco compartilhado, ou dissuadi-lo mostrando que se ele fizer uma jogada contrária pode nos perturbar a ponto de nos levar à beira do abismo quer queiramos ou não, e levando-o conosco (Schelling, 1980, p. 200, tradução nossa)<sup>6</sup>

A política da beira do abismo, portanto, estaria no centro da estratégia nuclear. Conforme aponta Kroenig (2013), tal tese apresenta que um confronto nuclear só é ganho por aquele que estiver disposto a correr o maior risco, e que, desse modo, a política nuclear é regida por um “equilíbrio de determinação” ou “equilíbrio de vontade”, e não por um simples equilíbrio de forças nucleares.

### 2.2.3. A questão da vulnerabilidade

Conforme já mencionado anteriormente, as armas nucleares serviram como fator de mudança dentro da política internacional, e um novo raciocínio acerca do papel deste tipo de armamento precisou ser formulado. A grande mudança, como já dito, ocorreu após a Revolução Termonuclear de 1952, já que o aumento da capacidade de dano de uma arma nuclear colocou as capacidades defensivas contra tal ameaça em cheque. A partir daí, surgiram preocupações com relação à estabilidade nuclear: seria ela um fenômeno simples? Como ela deveria ocorrer?

Albert Wohlstetter, renomado teórico da estratégia nuclear, redigiu, na década de 1950, o famoso artigo *The Delicate Balance of Terror*. Wohlstetter (1959) afirmava que, ao contrário do que se imaginava em sua época, o equilíbrio nuclear não era totalmente

---

<sup>6</sup> “Brinkmanship is thus the deliberate creation of a recognizable risk of war, a risk that one does not completely control. It is the tactic of deliberately letting the situation get somewhat out of hand, just because its being out of hand may be intolerable to the other party and force his accommodation. It means harassing and intimidating an adversary by exposing him to a shared risk, or deterring him by showing that if he makes a contrary move he may disturb us so that we slip over the brink whether we want to or not, carrying him with us (Schelling, 1980, p. 200).”

assegurado, mas sim precário, pois dependia de um alto e sustentado esforço de inteligência, além de envolver difíceis decisões. Portanto, Wohlstetter apresenta uma visão de que a aniquilação mútua não é um fenômeno automático, promovendo a inserção dos dilemas numérico e tecnológico ao campo da estratégia nuclear.

As ideias apresentadas por Wohlstetter conectam-se à tese da “Dissuasão Mínima”, referente ao equilíbrio nuclear. Para os teóricos da Dissuasão Mínima, devem ser mantidos arsenais nucleares que garantam a capacidade de segundo-ataque, podendo ser concretizada com a posse de um número pequeno de armamentos nucleares (Lewis, 2008). Assim, os proponentes da Dissuasão Mínima acreditavam, e ainda mantêm a convicção, de que um inimigo pode ser dissuadido por um segundo ataque simples, com um número limitado, mas suficiente, de armas nucleares (Lewis, 2008).

O equilíbrio nuclear aos poucos evoluiu, principalmente com o desenvolvimento e aprimoramento de capacidades de segundo ataque, além de sistemas elaborados de controle de armas e medidas de fomento da confiança (CSBM, sigla em inglês) (Evron, 2008). Desta maneira, a tese da Dissuasão Mínima descarta a necessidade de obtenção de um robusto e volumoso arsenal nuclear para concretização da própria segurança. Tal doutrina nuclear se insere no debate presente na Guerra Fria como uma alternativa a doutrinas já existentes e mencionadas, como a Retaliação Massiva. Kenneth Waltz, Robert Jervis, Bernard Brodie e Thomas Schelling foram alguns dos nomes favoráveis à manutenção de um arsenal nuclear limitado, mas suficiente para garantir capacidade de retaliação, ou seja, defendiam a conservação de uma capacidade de segundo ataque (Tertrais, 2022).

A citada capacidade de retaliação, a qual deve ser mínima, mostra-se como suficiente, já que previne o surgimento de possíveis incertezas inerentes à área nuclear, como percepção de ataques e sistemas de defesa (Talbot, 2020). Um pequeno número de detonações e danos já é considerado suficiente para elevar os custos para uma nação desejosa em realizar um possível primeiro ataque (Talbot, 2020). Até mesmo outros teóricos, como McGeorge Bundy, já advogavam em prol de um arsenal nuclear limitado. Bundy (1969), ao abordar o debate da implementação de um sistema de mísseis anti-balísticos pelos Estados Unidos ao fim dos anos de 1960, defende a possibilidade de que um arsenal limitado pode ser eficaz. Tal tese mostra-se contrária à noção de que a superioridade nuclear garante uma maior eficácia em um cenário conflituoso. Além disso, o fim da Guerra Fria e o surgimento de uma nova era nuclear favoreciam o fortalecimento de teses não-proponentes da superioridade nuclear dentro da área estratégica.

De acordo com Narang (2014), a segunda era nuclear, pós Guerra Fria apresenta uma nova situação na qual a posse de armas nucleares não se restringe mais a duas grandes superpotências, já que agora novas potências regionais obtiveram sucesso na produção de armas nucleares próprias. Contudo, estes novos atores nucleares possuem arsenais nucleares diminutos, se comparados aos arsenais de EUA e URSS durante a Guerra Fria (Narang, 2014). Aliás, ainda nos dias atuais, a quantidade de armamento nuclear que Estados Unidos e Rússia, herdeira do arsenal soviético,<sup>7</sup> é bem maior se comparado ao restante dos países detentores de armas nucleares.<sup>8</sup>

Assim, faziam parte dessa nova era países nucleares inéditos com arsenais nucleares menores. Havia, portanto, uma certa incompatibilidade entre essas realidades e a ideia de manutenção de uma superioridade nuclear absoluta. Na esteira do final da Guerra Fria, correntes revisionistas, encabeçadas por importantes autores como Kenneth Waltz, já citado, e Robert Jervis, propunham a ideia de que a dissuasão poderia ser atingida com posturas nucleares mínimas, contrastantes às tomadas por Estados Unidos e União Soviética (Narang, 2014). Talbot (2020) apresenta como exemplos concretos dessa assertiva o caso de arsenais nucleares como o chinês, menor que o arsenal norte-americano, por exemplo, mas suficiente para garantir a dissuasão.

Fato é que a capacidade de contra-ataque, também por vezes referida como “capacidade de segundo ataque”, é essencial para a manutenção da aniquilação mútua entre dois adversários. Jervis (1989), por exemplo, ao afirmar que as armas nucleares modificaram o funcionamento da política, menciona que a aniquilação mútua está associada à manutenção da capacidade de segundo ataque de ambos os lados. Portanto, mostra-se claro que a capacidade de segundo ataque deve ser mantida para que a aniquilação mútua, ou destruição mútua, possa ser assegurada.

Ademais, não só tal capacidade deve estar presente e ser assegurada, mas também a possibilidade de que tal ataque ocorra. Ambas as partes devem, portanto, acrescentar outro aspecto de suas estratégias: o papel da defesa. Bundy et al. (1984), ao refletirem a respeito do programa estratégico da administração Reagan nos Estados Unidos, salientaram que era

---

<sup>7</sup> Em 1991, a União Soviética se desintegrou, e partes do seu arsenal nuclear estiveram presentes em quatro países: Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão (Budjeryn; Bunn, 2020). Em 1994, Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão entraram no Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) como Estados não-nucleares, e até 1996 todas as partes do arsenal nuclear soviético foram transferida para a Rússia (Budjeryn; Bunn, 2020).

<sup>8</sup> Kristensen et al. (2025) apontam que EUA e Rússia possuem, juntos, quase que 90% do total de ogivas nucleares no mundo, conforme dados apurados em 2024. Em fevereiro de 2026, estima-se que os Estados Unidos possuem 3700 ogivas nucleares, podendo ser carregadas por mísseis balísticos e aeronaves (Kristensen et al., 2026b). Na mesma data de fevereiro de 2026, estima-se que a Rússia possui 4400 ogivas nucleares, podendo ser usadas por lançadores estratégicos de longo alcance e forças nucleares táticas de curto alcance (Kristensen et al., 2026a).

pouco eficiente a iniciativa de tornar as armas nucleares “obsoletas” e “impotentes” por meio do desenvolvimento tecnológico, já que a neutralização de tal armamento requer um alto número de vítimas. Ademais Bundy et al. (1984) apontaram que possíveis melhorias defensivas por parte dos Estados Unidos poderiam servir de estímulo para que os soviéticos aumentassem o poderio destrutivo de suas próprias armas nucleares.

Desta forma, é visível que o aprimoramento da defesa em um cenário de confronto nuclear impulsiona, pelo lado do adversário, a percepção de que deve-se aumentar a capacidade de penetração de seu próprio armamento nuclear. Além disso, a neutralização de armas nucleares se configura como empreendimento arriscado, pois envolve um alto número de vítimas. Tais aspectos listados já eram levados em consideração nos anos finais da Guerra Fria, como já fora mencionado na seção 1. Os tratados firmados naquela época impulsionaram a doutrina da “Estabilidade Estratégica”, tendo como um dos componentes diminuir o uso de defesa contra mísseis balísticos (Arbatov, 2020).

Fato é que, para muitos analistas, a Dissuasão Mínima se apresenta como a doutrina nuclear mais apropriada para garantir a estabilidade em um cenário de interação estratégica entre atores no Sistema Internacional.

### **3. O cenário de confronto entre Irã, Estados Unidos e Israel como centro da análise**

O Irã, no decorrer de sua história, enfrentou grandes ameaças externas de outros grandes impérios ou rivais regionais. Uma grande ameaça recente foi o Iraque, de Saddam Hussein, especialmente durante a guerra que Irã e Iraque travaram na década de 1980. O conflito com o Iraque teve início em 1980, após forças iraquianas invadirem o território iraniano (Simonen, 2017). A alta cúpula iraquiana, comandada por Saddam Hussein, considerava que o novo regime instalado em Teerã era ameaçador e imprevisível, sendo ele mais nocivo que o anterior governo do xá Mohammed Reza Pahlavi (Rezaei, 2017). Porém, Saddam Hussein havia notado que tinha sido aberta uma janela de oportunidades, haja vista o clima caótico no Irã após a queda do xá (Rezaei, 2017). Em 1982, o Iraque introduziu o uso de armas químicas no conflito, utilização que perdurou até 1988 (Simonen, 2017).

O formidável poderio iraquiano e as constantes ameaças de Saddam Hussein conectadas ao possível uso de armas com enorme potencial destrutivo foram aspectos do conflito que fizeram com que o Irã refletisse acerca de seu programa nuclear (Sahimi, 2013). Foram cerca de 100 mil civis iranianos mortos, vitimados pelas armas balísticas e químicas, muitas delas enviadas, de forma surpreendente, pelo Ocidente (Mousavian; Mousavian,

2018). O trauma causado pelo conflito foi elevado, e fez com que Teerã reavaliasse seus cálculos estratégicos, buscando desenvolver uma defesa capaz de deter possíveis ataques do Ocidente e de outros países árabes (Mousavian; Mousavian, 2018).

Foi a partir desse confronto que as lideranças iranianas perceberam a vulnerabilidade do país e a necessidade de se obter uma grande capacidade de dissuadir adversários. Atualmente, muitos analistas e acadêmicos de renome têm salientado o peso da tensa relação existente entre Irã, Estados Unidos e Israel, e como tal dinâmica molda o comportamento destes países. A desconfiança é um dos elementos mais destacados, especialmente entre Teerã e Washington, com ambas as partes enxergando-se como ferrenhos adversários (Mearsheimer; Walt, 2007). Os iranianos promovem um grande suporte a grupos terroristas na região, como o Hezbollah e o Hamas, além de possuírem armas químicas e terem, como principal objetivo, desenvolver armas nucleares próprias (Mearsheimer; Walt, 2007).

### **3.1. A relação entre Washington e Teerã: De aliados próximos a inimigos implacáveis**

A relação entre Estados Unidos e Irã passou por muitas reviravoltas e conturbações com o passar das décadas. Vale destacar que o embrião do desejo iraniano de desenvolver um programa nuclear robusto surgiu a partir de um movimento diplomático estadunidense.

O Programa “Átomos para a Paz” foi oficializado pelo presidente norte-americano Dwight D. Eisenhower em 1953, o que serviu como ponto chave para que o Terceiro Mundo pudesse oficialmente entrar na era nuclear (Homayounvash, 2016). A ocasião escolhida para o anúncio foi a reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, na qual o presidente Eisenhower proferiu seu famoso discurso acerca da cooperação mundial para o uso pacífico da energia nuclear (Guimarães, 2023). Com os episódios em Hiroshima e Nagasaki, o mundo pôde testemunhar o poder de destruição em massa das armas nucleares, mas alguns, como o presidente Eisenhower, vislumbravam uma finalidade diferente para a energia nuclear (Guimarães, 2023). Também foi estipulada, no mesmo comunicado, a criação de uma agência, no âmbito das Nações Unidas, especializada na questão nuclear, mais tarde reconhecida como a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) (Krige, 2006).

O Irã, que fazia parte desse Terceiro Mundo, recebeu apoio por parte dos Estados Unidos para o desenvolvimento de um programa nuclear próprio, com o início das conversas no ano de 1955 (Sahimi, 2013). Em março de 1957, um acordo de cooperação civil nuclear foi assinado por Irã e Estados Unidos. Para o Irã era importante diversificar suas fontes de

energia, enquanto que para os EUA o acordo serviria para fortalecer o Irã e consolidá-lo como um estado tampão no Oriente Médio (Mousavian; Mousavian, 2018).

As relações se fortaleceram de maneira mais intensa no final dos anos de 1960, em especial durante a administração de Richard Nixon. O Irã havia se tornado um dos principais compradores de armamentos estadunidenses, além de ter ganho o novo status de aliado, e não somente mais um estado cliente dos norte-americanos (Kaya, 2023). Tal aliança visava fortalecer a posição do Irã como um Estado-tampão, capaz de conter possíveis avanços da União Soviética na região (Mousavian, 2014). Neste período, o xá investiu fortemente no setor militar, agraciado com o incremento das finanças, resultante do aumento dos preços do petróleo a nível global (Mousavian, 2014).

No entanto, a relação entre Washington e Teerã passaria por uma forte mudança no ano de 1979, em decorrência da Revolução Iraniana. O xá Mohammed Reza Pahlavi, que havia fugido do país em ocasião do ato revolucionário, encontrou refúgio nos EUA em outubro de 1979 (Grant, 2026). Como forma de protesto, três mil estudantes invadiram a embaixada estadunidense em Teerã e tomaram as pessoas que ali estavam como reféns (Grant, 2026). A partir deste episódio, as relações entre os dois países se tornaram tensas, o que serviu de catalisador para mudanças na condução do programa nuclear iraniano.<sup>9</sup>

Nas décadas posteriores ao episódio revolucionário, pode-se notar uma certa preocupação de Washington com relação à retomada das pesquisas ligadas ao programa nuclear iraniano. Nos anos de 1980, mais precisamente em 1983, o Irã realizou tentativas de cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) (Sahimi, 2013). O Irã buscava construir uma usina piloto para a produção de hexafluoreto de urânio (UF<sub>6</sub>), utilizado no processo de enriquecimento (Sahimi, 2013). Tal cooperação é permitida pelo Estatuto da AIEA, já que está em conformidade com o artigo XI-A deste documento:

A. Qualquer membro ou grupo de membros da Agência que deseje estabelecer um projeto de pesquisa, desenvolvimento ou aplicação prática de energia atômica para fins pacíficos poderá solicitar o auxílio da Agência na obtenção de materiais fissionáveis especiais e outros materiais, serviços, equipamentos e instalações necessários para esse fim. Tal solicitação deverá ser acompanhada de uma explicação da finalidade e do escopo do projeto e será analisada pelo Conselho de Governadores (International Atomic Energy Agency, 1956, artigo XI-A).

Em outubro de 1983, a AIEA enviou uma equipe de especialistas para uma visita ao Centro de Tecnologia Nuclear de Isfahan (ENTEC, sigla em inglês) que fizeram uma recomendação para que a AIEA provesse assistência ao programa nuclear do país (Sahimi,

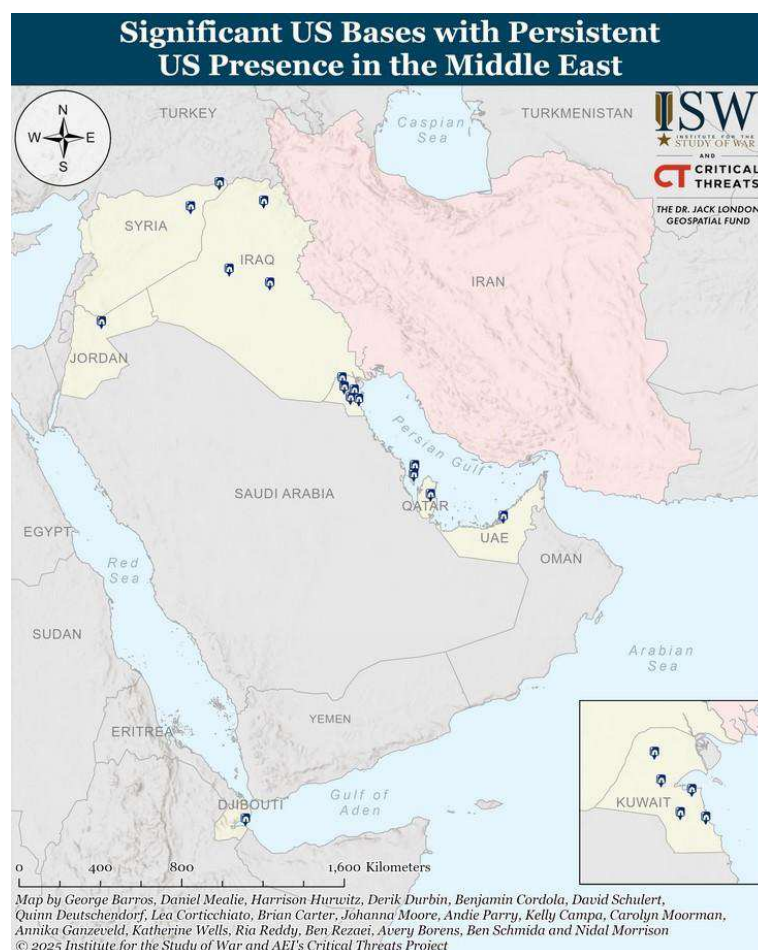
---

<sup>9</sup> Os Estados Unidos, após a Revolução de 1979, pausaram o fornecimento massivo de combustível nuclear ao Irã, e a Alemanha Ocidental, até então outro grande parceiro de cooperação do Irã na área nuclear, cessou as suas colaborações para a construção de uma usina nuclear em Bushehr (Entessar; Afrasiabi, 2017).

2013). Apesar da existência de garantias legais que permitiam com que a AIEA cooperasse com o Irã, o que se sucedeu foi uma estagnação durante o processo, no qual constatou-se haver interferência dos Estados Unidos (Sahimi, 2013). As dificuldades em consolidar um nível de cooperação com a AIEA fez com que o Irã buscasse por outros parceiros colaboradores no então Terceiro Mundo, o que o afastou ainda mais do Ocidente.<sup>10</sup>

Nas décadas posteriores, o Irã enfrentaria grandes pressões por parte dos Estados Unidos com relação ao seu programa nuclear. Ademais, é possível visualizar que os EUA mantêm uma grande quantidade de bases militares no Oriente Médio, o que faz com que sua presença nessa região seja significativa. Segue abaixo a Figura 2 com as principais bases estadunidenses na região:

Figura 2: Bases norte-americanas com presença constante dos EUA no Oriente Médio



Fonte: Institute for the Study of War (2025)

<sup>10</sup> O país obteve maior sucesso em negociações com outros Estados, como foi o caso do Paquistão. O Irã, em 1985, deu início ao seu programa de desenvolvimento de centrífugas de gás, e em 1987 buscou cooperação com o Paquistão, mediante um complexo de fornecimento nuclear atuante dentro do território paquistanês (Mousavian, 2012). Os paquistaneses forneceram componentes que seriam essenciais para o programa de centrífugas de Teerã (Mousavian, 2012). Também foram firmados acordos com Índia e China na área de cooperação nuclear, além da formação de parceria com a África do Sul para fornecimento de urânio concentrado (Mousavian, 2012).

Além da grande quantidade de bases militares, os EUA também possuem um grande arsenal nuclear, com capacidade global de lançamento de mísseis. No total, o arsenal nuclear norte-americano, conforme dados apurados em fevereiro de 2026, é de aproximadamente 3700 ogivas nucleares, as quais podem ser carregadas por mísseis e aeronaves (Kristensen et al., 2026b). Os EUA possuem um plano estratégico para guerra nuclear que está inserido em um importante documento de segurança nacional denominado “OPLAN 8010-12”, que possui como principais alvos ou adversários: Rússia, Coreia do Norte, China e Irã (Kristensen et al., 2026b).

Outro documento no qual é abordado o tema do arsenal nuclear dos EUA é o intitulado *Mandate for Leadership: The Conservative Promise*, escrito em 2023 por ideólogos conservadores. Nesta obra são abordadas reflexões acerca de diferentes assuntos referentes a temas de política interna e externa dos EUA, pensados a partir de uma óptica conservadora e republicana, base do atual segundo mandato de Donald Trump. Miller (2023) admite que o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DOD, sigla em inglês) precisava passar por grandes mudanças e reorientações. Duas delas são essenciais para melhor compreensão dos problemas entre EUA e Irã: a reiterada continuidade do apoio norte-americano a Israel e a menção à necessidade de aumento e fortalecimento do arsenal nuclear dos Estados Unidos (Miller, 2023).

Tais mudanças e reorientações somente reforçam a tese de que os EUA se colocam como os principais adversários do Irã. Conforme apontam Dueck e Takeyh (2007), os Estados Unidos estão no centro dos cálculos iranianos, e o reforço da tese da mudança de regimes, exacerbada durante a administração de George W. Bush, só inflamou as preocupações do Irã. Em Teerã, circula a tese de que as armas nucleares representam o único caminho para neutralização e negação das ações de Washington (Dueck; Takeyh, 2007).

### **3.2. A relação com Israel: Insegurança e vulnerabilidade em jogo**

Conforme aponta Cohen (1998), é por volta dos anos de 1970 que Israel começa a ser reconhecido como um país nuclear, mas que mantinha políticas de ambiguidade e opacidade a respeito de seu programa nuclear. A ideia inicial de tornar Israel uma potência nuclear foi de David Ben Gurion, primeiro-ministro israelense (Kristensen; Korda, 2022). Israel contou com a assistência dos franceses no período de 1959 até 1965, e dois anos após o fim do auxílio, os israelenses constroem sua primeira bomba nuclear (Kroenig, 2010). Israel, ao contrário de

outros países que possuem armas nucleares, mantém uma política de opacidade com relação ao seu programa nuclear. A opacidade nuclear indica que não se pode testemunhar, de forma real, a capacidade nuclear de um país, mas é reconhecida de tal forma que é capaz de moldar as percepções e ações dos demais Estados no globo (Cohen, 1998).

O Irã enxerga Israel como uma grande ameaça dentro da região do Oriente Médio, patrocinado pelos Estados Unidos. Entretanto, é válido enfatizar que o programa nuclear de Israel foi engendrado para corrigir e solucionar o problema da vulnerabilidade israelense. Israel é um país com grandes dificuldades e fraquezas estruturais, haja vista o diminuto tamanho de sua população e de seu território, além de sua desfavorável localização dentro do Oriente Médio (Torres, 2025). Assim, no entendimento das lideranças em Tel Aviv, o país, em vista de suas desvantagens, sempre deve trabalhar para obter uma superioridade tecnológica frente a seus rivais regionais, o que também engloba a posse de um arsenal nuclear próprio (Torres, 2025).

Dessa maneira, caso um adversário no Oriente Médio tente desenvolver seu setor tecnológico e obter armas avançadas, como as nucleares, Tel Aviv não irá hesitar com relação ao lançamento de ataques preventivos (Talbot, 2023). Tal iniciativa tem um nome dentro do setor de estratégia israelense, sendo intitulada, portanto, de “Doutrina Begin”, cuja nomeação refere-se ao famoso premiê israelense Menachem Begin (Talbot, 2023). Israel foi obrigado a realizar ataques preventivos em duas ocasiões: na primeira, contra o programa nuclear iraquiano de Saddam Hussein em 1981, e a segunda direcionada ao programa nuclear sírio de Bashar Al-Assad nos anos 2000 (Torres, 2025).

O Irã também se apresenta como grande rival regional, pelo menos desde a Revolução Islâmica de 1979, já que tanto Ruhollah Khomeini como Ali Khamenei expressaram ser contrários ao Estado de Israel (Torres, 2025). O Irã emergiu como um grande ator dentro do cenário político do Oriente Médio, sobretudo no século XXI. Grande parte dos analistas israelenses acreditam que as ambições nucleares iranianas representam uma ameaça existencial ao Estado de Israel, já que uma vez adquirido o arsenal nuclear, Teerã e seus aliados desfrutariam de maior liberdade de ação sob um “guarda-chuva nuclear” (Iqbal, 2026). Percebe-se, portanto, que as doutrinas militares de Israel foram moldadas a fim de solucionar problemas de vulnerabilidade.

Dessa forma, percebe-se que Israel possui pontos fracos, que deixam o país em uma posição menos segura dentro do Oriente Médio, o que faz com que Tel Aviv foque em garantir uma superioridade tecnológica perante seus principais adversários. Um dos sistemas que simboliza a tentativa de Israel de dirimir suas deficiências defensivas por meios

tecnológicos é o “Domo de Ferro”. Este sistema, iniciado em 2011, é voltado para o setor aéreo, e foi desenvolvido em resposta aos ataques sofridos por Israel durante a Guerra do Líbano de 2006 (Ray, 2026). Durante o conflito, o Hezbollah conseguiu atingir o território israelense com uma série de foguetes que se sobressaíram sobre a defesa de Israel à época (Ray, 2026).

### 3.3. Os recentes conflitos do Irã contra Estados Unidos e Israel

Kenneth Pollack, proeminente acadêmico norte-americano, e especialista nos assuntos de Oriente Médio, elencou em seu livro *Which Path to Persia: Options for a New American Strategy* todas as opções estratégicas disponíveis a Washington no tocante às relações com o Irã. Na segunda parte estão dispostas as opções militares, que envolvem o uso da força, e que foram recentemente tomadas pelos EUA e seu grande aliado no Oriente Médio, Israel. A opção militar e de uso da força gera grandes debates, com posições contrárias e favoráveis.

Movimentações e estratégias destinadas à tentativa de concretizar o fim do programa nuclear iraniano não são novas e inéditas, e já perduram décadas. A estratégia empregada por Teerã abre brechas para intervenções estrangeiras. Conforme aponta Brewer (2026), o Irã emprega uma estratégia de *hedging* com relação ao seu programa nuclear, ou seja, o país não obtém armas nucleares de forma concreta, mas se mantém em uma condição de limite nuclear. Assim, Teerã desenvolve seu programa nuclear a ponto de alcançar uma situação na qual a obtenção de armas nucleares se torna uma opção (Brewer, 2026).

Também foram intensas as discussões acerca de como seria a política externa de um segundo mandato de Donald Trump, que se tornou realidade após a vitória deste nas eleições de 2024. Apontava-se que Trump resgataria, em seu novo mandato, elementos de sua primeira presidência, como a política do *America First*.<sup>11</sup>

As relações são ainda mais delicadas quando o assunto é Irã. Na metade do ano de 2025, um conflito eclodiu entre Irã e Israel, que também contou com o envolvimento dos EUA. Israel realizou ataques direcionados a instalações nucleares dentro do território iraniano (Makar; Pillah, 2025). A Operação, que ficou conhecida como “Operação Leão Ascendente” (em inglês, “Operation Rising Lion”), teve como principais alvos as instalações nucleares de

---

<sup>11</sup> Abdulrasheed e Nurain (2025) previam, ainda antes da confirmação da vitória de Trump nas urnas, que um futuro segundo mandato do presidente traria elementos da primeira gestão de Trump, como o “America First”. Esta visão está intrinsecamente atrelada à ideia de um menor engajamento total dos Estados Unidos em conflitos externos, direcionando maiores atenções a assuntos internos, mais ligados ao interesse nacional.

Natanz, Fordow, Isfahan e Arak (Popalzay; Mir; Mol, 2025). A figura 3 mostra a localização de todas as instalações ligadas ao programa nuclear iraniano dentro do território iraniano:

Figura 3: Instalações nucleares no Irã



Fonte: Bunn (2026)

A iniciativa foi tomada por Israel em razão do estágio de evolução do programa nuclear iraniano e o enfraquecimento e diminuição das inspeções da AIEA no país (Makar; Pillah, 2025). Na ocasião dos ataques, realizados em 13 de junho de 2025, o Irã insistiu que a ação israelense era ilegítima, e que seu programa nuclear era voltado para fins pacíficos (Curtis; Mills, 2025). Acreditava-se, ainda em 2024, que Israel almejava direcionar ataques contra o Irã, desejo potencializado após a derrota estratégica do Irã no Oriente Médio, com o enfraquecimento de aliados como Hamas, Hezbollah e Síria (Curtis; Mills, 2025).

Contudo, um empreendimento militar contra o Irã feito por Estados Unidos e Israel é arriscado, em vista das possíveis consequências de tal ato. De acordo com Eslami e Kaunert (2025), um eventual conflito com o Irã poderia acarretar um choque no mercado global de petróleo, além da possibilidade da guerra se prolongar no tempo, assim como ocorreu no Iraque e no Afeganistão. Donald Trump já tinha deixado claro que não repetiria o que aconteceu nos países já citados anteriormente, ainda mais contra um adversário como o Irã, com maior poderio militar que Iraque e Afeganistão (Eslami; Kaunert, 2025).

Radicais do regime islâmico acreditavam que, caso houvesse uma guerra entre as duas nações, Teerã atacaria primeiro, diferente do que ocorreu de fato, já que Israel foi a parte que tomou a iniciativa (Dolatabadi, 2025). No total, somente na primeira noite, cem alvos militares iranianos foram atingidos, além de dez chefes militares, o que caracterizou a iniciativa de junho de 2025 como um dos mais complexos empreendimentos militares desde a Segunda Guerra Mundial (Dolatabadi, 2025). Além dos militares, também foram mortos soldados, civis e cientistas ligados ao programa nuclear iraniano (Lob; Mirzaei; Talebian, 2025). Também é válido destacar que os ataques foram feitos dois dias antes da sexta rodada de conversas entre Irã e Estados Unidos no Omã, relativas ao programa nuclear iraniano (Lob; Mirzaei; Talebian, 2025).

Como resposta, no dia 19 de Junho, dez dias após o início do conflito, o Irã lançou ataques com mais de 150 mísseis balísticos, os quais entraram em rota de colisão com o “Domo de Ferro” israelense, que não conseguiu impedir o avanço de todos os mísseis, pois alguns conseguiram atingir o território de Israel e causar danos, com feridos (Bukhari; Mujaddid, 2025). Os mísseis iranianos utilizados foram do tipo “Khyber” e “Zolfaghar”, com alcances de 700 a 1500 km, o que faz deles dispositivos poderosos (Bukhari; Mujaddid, 2025). É importante destacar que o Irã não visou somente alvos militares, mas também alvos civis, com destaque ao ataque direcionado ao Centro Médico Soroka, localizado na cidade israelense de Beersheba (Popalzay; Mir; Mol, 2025).

Dias depois, mais especificamente em 22 de junho, os Estados Unidos entraram no conflito e lançaram ataques limitados e direcionados a alvos no subsolo, mas que seriam decisivos para o fim dos combates (Popalzay; Mir; Mol, 2025). Os ataques foram direcionados a instalações nucleares no Irã, e objetivavam o total enfraquecimento do programa nuclear do país (Thomas, 2025). Avaliações de dentro dos Estados Unidos proferiram afirmações as quais sugeriam danos severos às instalações iranianas (Thomas, 2025). Após o ataque, no dia 24 de junho, os EUA mediarão um acordo de cessar-fogo, que entrou em vigor nesta data (Popalzay; Mir; Mol, 2025).

A Operação militar concretizada pelos Estados Unidos, nomeada *Midnight Hammer*, envolveu o uso de 125 aeronaves, com sete bombardeiros B-2 Spirit, além do uso de, aproximadamente, 75 armas de precisão guiadas, incluindo catorze bombas GBU-57 (Thomas, 2025). As bombas GBU-57 foram lançadas em direção às instalações de Fordow e Natanz, com a primeira em Fordow sendo bem preocupante, haja vista sua profunda localização no subsolo (Thomas, 2025). A bomba GBU-57, posse exclusiva dos Estados Unidos, é compreendida, pelos analistas, como o único artefato explosivo que poderia ser

capaz de detonar as profundas instalações iranianas (Ferragamo, 2025). Portanto, a participação dos Estados Unidos no conflito era essencial para a vitória da aliança EUA-Israel, já que eram os únicos capazes de causar danos significativos às instalações de Teerã.

No tocante às ofensivas iranianas no dia 19 de junho, salienta-se que não teria sido a primeira vez que o Irã reage a um primeiro ataque ou ofensiva de um adversário, já que em outras ocasiões o Irã também havia realizado ataques direcionados a Israel, como resposta ao assassinato de suas lideranças militares. Em abril de 2024, o Irã realizou um lançamento de mísseis em direção a Israel como resposta ao assassinato do General Mohammad Reza Zahedei, comandante da Força Quds, ramo da Guarda Revolucionária do Irã (Rubin, 2024). Mísseis de cruzeiro, drones suicidas e mais de 300 mísseis balísticos foram utilizados, mais precisamente direcionados às instalações do Corpo de Inteligência Israelense e às bases aéreas de Negev (Rubin, 2024). Rubin (2024) também aponta que o Irã respondeu ao assassinato de Qassem Soleimani, em 2020, com um ataque direcionado a uma base americana no Oriente Médio.

É interessante notar que o grau de eficácia dos mísseis iranianos em 2024 e 2025 não foi o mesmo, fato que alterou a percepção dos adversários e dos analistas perante o real poderio iraniano. Conforme apresentado pelo *Military Balance* lançado em 2025, no ano anterior de 2024, os mísseis e drones iranianos não foram capazes de produzir o dano esperado, já que suas capacidades em penetrar a defesa de Israel foram consideradas limitadas. Ademais, os Estados Unidos passaram a avaliar alternativas com um satisfatório custo-benefício para prevenção de ataques de drones (The International Institute for Strategic Studies, 2025).

O conflito com Israel fez com que o Irã reavaliasse algumas de suas políticas e estratégias dentro da região do Oriente Médio. Mudanças foram aplicadas, especialmente no que tange ao setor defensivo (Lob; Mirzaei; Talebian, 2025). O Irã decidiu reforçar suas alianças com outras nações, tanto no âmbito regional quanto internacional, além de refletir sobre o futuro do “eixo da resistência” (Lob; Mirzaei; Talebian, 2025). O programa nuclear do país também seria novamente discutido internamente e reavaliado (Lob; Mirzaei; Talebian, 2025).

Fato é que Israel, com os ataques em 2024, e especialmente em 2025, durante o conflito com o Irã, tentou enfraquecer o regime de Teerã e concretizar sua vitória na região. Apesar de realmente ter conseguido enfraquecer o corpo da liderança iraniana e seus aliados *proxies* no Oriente Médio, analistas sugerem que os ataques israelenses fizeram com que o Irã

adquirisse avanços no campo nuclear, aproximando-se de um estágio de *nuclear breakout* (Popalzay; Mir; Mol, 2025). Assim, especialistas acreditam que as ofensivas de Israel desestabilizaram a região e não foram capazes de congelar a ameaça nuclear vinda de Teerã (Popalzay; Mir; Mol, 2025).

No ano seguinte, a data de 28 de fevereiro de 2026 marcou o início de um novo conflito entre Estados Unidos e Israel contra o Irã, sendo uma espécie de sequência do confronto ocorrido em 2025 (Hokayem, 2026). Ataques letais foram feitos, direcionados a importantes lideranças do Irã, em especial, e de maneira surpreendente, ao aiatolá Ali Khamenei (Hokayem, 2026). A Operação feita pelos Estados Unidos ficou conhecida como *Operation Epic Fury*, e seus objetivos foram bem sintetizados pelo secretário de defesa norte-americano Pete Hegseth: “A missão da Operação *Epic Fury* é extremamente específica: destruir os mísseis ofensivos iranianos, destruir a produção de mísseis do Irã, destruir sua marinha e outras infraestruturas de segurança — e assim eles nunca terão armas nucleares” (Estados Unidos, 2026, tradução nossa).<sup>12</sup>

De acordo com Kalisky (2026), a ação militar coordenada com os Estados Unidos foi feita por Israel com o intuito de realizar um ataque preemptivo para eliminar uma ameaça existencial do país. Novamente um dos alvos foi o programa nuclear iraniano, em especial as usinas em Natanz e Isfahan, além de uma instalação em Min Zada (Kalisky, 2026). Como resposta, o Irã lançou uma série de ataques retaliatórios direcionados a países da região e que também visavam dificultar a locomoção pelo Estreito de Ormuz (Thomas et al., 2026). Novamente, os Estados Unidos alegaram que um dos objetivos da nova empreitada militar era o de assegurar que o Irã não obtivesse armas nucleares, além de buscar a concretização de uma mudança de regime em Teerã (Thomas et al., 2026).

O confronto causou mortes em alguns países da região, como o próprio Irã, Israel, Líbano e países do Golfo, além de fazer surgir uma grande leva de deslocados, em especial no Líbano, sobretudo em decorrência da retomada do conflito de Israel com o Hezbollah (Encyclopaedia Britannica, 2026). O acesso e a passagem de embarcações pelo Estreito de Ormuz foi dificultado, o que afetou a economia de vários países, além de ter causado uma grande crise de escassez de combustíveis (Encyclopaedia Britannica, 2026). Parte do conflito se resumiu à disputa entre Estados Unidos e Irã pela abertura do estreito, o que culminou na redação de um “Memorando de Entendimento” entre as partes no dia 14 de junho.

---

<sup>12</sup> “The mission of Operation Epic Fury is laser-focused: Destroy Iranian offensive missiles, destroy Iranian missile production, destroy their navy and other security infrastructure – and they will never have nuclear weapons” (Estados Unidos, 2026).

Fato é que foi possível perceber a grande relevância estratégica que o Estreito de Ormuz representa para o Irã. Conforme aponta Freedman (2017), o estreito faz parte da profundidade estratégica geográfica do país, e funciona como um elemento de dissuasão convencional para Teerã. O estreito possui grande importância para a energia mundial, já que é por ele que passam grandes quantidades de petróleo e gás natural (Gull; Zulfiqar; Abbas, 2026). Assim, percebe-se que o Irã possui um grande trunfo geopolítico, no caso o Estreito de Ormuz, o qual funciona como um grande elemento de dissuasão convencional.

#### **4. Resultados e Discussão Final**

Nesta seção, será feita uma reflexão acerca do que fora exposto até aqui. Diante do que fora exposto, há agora a necessidade de responder os questionamentos elucidados na parte de “Introdução”. Por que o Irã gostaria de obter armamentos nucleares? A obtenção desse tipo de armamento por parte do Irã pode contribuir para um alívio e abrandamento das tensões no Oriente Médio? Como já apresentado anteriormente, Kenneth Waltz possui uma visão otimista acerca da proliferação nuclear dentro do sistema internacional. Em um artigo publicado na revista “Foreign Affairs”, no ano de 2012, Kenneth Waltz mantém o otimismo com relação ao Irã. Waltz (2012) defendia que o Irã deveria adquirir a bomba nuclear, além de mencionar o fato de que o monopólio nuclear de Israel serve como elemento desestabilizador na região do Oriente Médio.

Primeiramente, é válido notar que a interação estratégica entre Irã, Estados Unidos e Israel não é tão simples e atua como um grande fator de ameaça ao Irã. Existem alguns aspectos visíveis, e o primeiro deles é a preponderância e proeminência norte-americana na região do Oriente Médio, em decorrência, principalmente, da forte presença do país no local. A “Figura 2” mostra justamente essa forte presença, pois apresenta a grande quantidade de bases militares dentro do Oriente Médio. Além disso, os Estados Unidos, como mostrado, possui um enorme arsenal nuclear, além de possuir uma vasta e ampla gama de meios de carregamento e plataformas de lançamento de ogivas. Em documentos de segurança nacional, por exemplo, o Irã está na lista de principais adversários dos estadunidenses.

Dessa maneira, conclui-se que há um fato: os Estados Unidos se mostram como grandes adversários de Teerã, e a atenção dada aos norte-americanos nos círculos governamentais iranianos somente atesta tal fato. A situação se torna ainda mais complexa após análise da posição de Israel nesse tabuleiro geopolítico. Verificou-se que Israel possui grandes dilemas estratégicos e securitários, sentindo-se constantemente ameaçado por seu

entorno regional. A “Doutrina Begin”, formulada pelo premiê israelense Menachem Begin, é reflexo dos cálculos israelenses, pois busca manter a superioridade tecnológica israelense, principalmente no campo nuclear, ao realizar ataques preventivos direcionados aos países que estiverem a ponto de obter armamentos nucleares próprios.

A existência de tais dilemas israelenses, portanto, escancara uma certa fragilidade apresentada por Tel Aviv, impulsionada pelas desvantagens territoriais e populacionais de Israel. Assim, mostra-se imprescindível aos israelenses manter a superioridade tecnológica do país e a parceria com os norte-americanos. Ambos os adversários iranianos, como já visto, formam uma forte aliança, com os Estados Unidos sendo um dos grandes aliados de Israel na região, inclusive em incursões militares, como ocorreu em meados de 2025. A Operação *Midnight Hammer*, por exemplo, evidenciou como a parceria com Washington é essencial para Tel Aviv, pois somente as bombas GBU-57, de posse exclusiva dos Estados Unidos, poderiam atingir as instalações nucleares subterrâneas do Irã.

Desse modo, percebe-se que, para a realização de ataques preventivos direcionados ao programa nuclear iraniano, Israel conta com o auxílio direto dos Estados Unidos, que também possui interesse em não permitir a obtenção da bomba nuclear por parte do Irã. Ademais, a estratégia de *hedging* e do limite nuclear torna o Irã vulnerável a tais ataques, pois como já discutido, abre brechas para intervenções e ofensivas estrangeiras. Portanto, depreende-se que a obtenção de armas nucleares por parte do Irã seria benéfica ao país, pois traria um novo elemento de dissuasão, extremamente eficaz.

Conforme já visto, dissuadir é desencorajar a tomada de uma ação a partir do medo e da dúvida, intimidar o oponente com o intuito de impedi-lo a tomar uma determinada ação, ou moldar seu comportamento. Assim, caso o Irã concretize a obtenção de um arsenal nuclear próprio, o país não somente entrará para o grupo de nações detentoras de armas nucleares, como também ganhará um maior poder de moldar o comportamento de adversários poderosos, que possuem armamento nuclear, neste caso Estados Unidos e Israel.

Porém, conforme já evidenciado na seção 2, para a condução de uma dissuasão nuclear efetiva, deve-se seguir uma série de requisitos. O primeiro deles, referente à credibilidade, já foi apresentado na seção 2.1 “A questão da credibilidade”. Para o Irã, não basta somente possuir armas nucleares, mas fazer com que sua ação dissuasória seja crível, ação que exige a tomada de riscos. Portanto, o Irã deve, conforme mostra a tese de Thomas Schelling, conduzir a dissuasão de uma maneira que não seja ponderada, mas sim impetuosa, imprevisível e até mesmo insana. Deve-se ir até o limite, entrar em um jogo de tomada de riscos, e deixar a situação sair um pouco do controle, para que assim a dissuasão seja bem-sucedida. A lógica é

semelhante à apresentada no “jogo do galinha”, onde há a forte presença da tomada de riscos, já que nenhuma das partes possui como cenário favorável ceder, principalmente se o oponente decidir não ceder e seguir em frente na disputa. Esse tipo de jogo de escolha racional é o ideal para a manutenção do equilíbrio em um cenário de confronto entre duas potências nucleares, e deve estar presente no cálculo do Irã e de seus adversários.

Em outras palavras, o Irã e seus oponentes, ao adotarem uma estratégia de tomada de riscos, perceberão que o cenário mais seguro será aquele em que ambas as partes não saem completamente destruídas. Assim, em uma disputa nuclear, a colisão nuclear e a destruição das duas partes é o pior resultado possível, e seria levado em consideração. Idem, o Irã deve manter uma posição firme, não recuar e mostrar insanidade, para amedrontar o adversário e fazer com que ele recue,, e o mesmo também vale para o outro jogador, seja Israel ou Estados Unidos.

Todavia, a credibilidade não atua sozinha na condução de uma dissuasão efetiva. A discussão a respeito do tamanho de um possível arsenal nuclear iraniano também se mostra essencial. Kenneth Waltz, teórico otimista com relação à proliferação nuclear, defende a posse de armas nucleares pelo Irã, mas também comenta a respeito da aplicação quantitativa do cenário dissuasório. Para analistas como Waltz (2012), a dissuasão já se aplicaria de maneira satisfatória caso o Irã consiga obter armas nucleares, mesmo com um arsenal nuclear pequeno. Yair Evron, teórico e autor de análises acerca de Israel e Irã, segue uma linha que se aproxima da de Waltz. Apesar de não manter o otimismo de Waltz, Evron (2008) também exclui a necessidade de manutenção de um equilíbrio nuclear entre Israel e Irã semelhante ao de superpotências, ou seja, é removida da equação a exigência do cumprimento da tríade nuclear, por exemplo. Portanto, o que as duas partes devem fazer é assegurar a certeza de que suas capacidades nucleares sejam suficientes a ponto de garantirem a capacidade de contra-ataque, ação que deve proporcionar uma quantidade de dano inaceitável ao adversário (Evron, 2008).

Dessa forma, depreende-se que o Irã deve construir um hipotético arsenal nuclear que lhe garanta capacidade de segundo ataque para que a destruição mútua possa ser assegurada. Os armamentos iranianos devem sobreviver a um primeiro-ataque lançado por algum adversário, pois caso sejam totalmente destruídos não será possível atingir uma situação de aniquilação mútua. Ou seja, só há retaliação se houver ao menos uma pequena quantidade de forças disponíveis para concretizá-la. Além disso, o Irã deve recorrer a uma estratégia que não distorça o equilíbrio regional, e que evite a instauração de uma corrida armamentista na região. Dessa forma, acredita-se que o Irã deve adotar a estratégia de “Dissuasão Mínima”,

conectada à argumentação desenvolvida por Kenneth Waltz em seu artigo da *Foreign Affairs* de 2012. A “Dissuasão Mínima” se fortaleceu em um momento de tentativa de controle de armamentos nucleares e abrandamento da corrida nuclear na Guerra Fria. Ao mesmo tempo, conforme explicado por Narang (2014), a “Dissuasão Mínima” comporta de maneira mais efetiva o caso daqueles países que não são superpotências nucleares, e que portanto possuem arsenais diminutos.

Por fim, é necessário responder uma última pergunta, ligada às confrontações entre o Irã e a aliança Estados Unidos-Israel. Na perspectiva israelense e norte-americana, a guerra é a melhor impedir que o Irã obtenha a bomba nuclear?

O que a pesquisa mostrou é que, ao contrário de outros países, o Irã possui um grande ativo geopolítico, mais precisamente geográfico: o Estreito de Ormuz. Como mostrado na terceira seção, o bloqueio desse importante ponto de navegação mostra-se essencial ao Irã, tornando-se um elemento de dissuasão convencional. Esse aspecto do arcabouço estratégico iraniano está sendo amplamente utilizado nos atuais conflitos militares entre Irã, Estados Unidos e Israel, sobretudo nos enfrentamentos em 2026. O estreito é considerado um dos mais importantes pontos de passagem, rota na qual ocorre o escoamento de uma alta quantidade de petróleo e gás natural. Portanto, o bloqueio de tal rota pode causar grandes perturbações à economia mundial, o que faz do estreito de Ormuz um importante elemento de dissuasão. A opção militar mostra-se, dessa forma, uma alternativa pouco adequada e efetiva, exigindo uma reformulação estratégica por parte de Estados Unidos e Israel que, ao que tudo indica, não ocorrerá a curto prazo.

Para concluir, mostra-se necessário responder ao questionamento central: seria a emergência do Irã como nova potência nuclear uma espécie de caminho alternativo para, não necessariamente um cenário de paz no Oriente Médio, mas pelo menos um quadro de menor instabilidade regional?

Mediante leitura da teoria de dissuasão nuclear e análise das dinâmicas referentes ao processo de interação entre Irã, Estados Unidos e Israel, infere-se que a obtenção de armamento nuclear por Teerã atuaria como fator de estabilidade dentro do Oriente Médio, já que sanaria grande parte dos dilemas securitários iranianos, conforme já explicitado. A bomba nuclear é um elemento de dissuasão essencial, e a sua posse diminuiria a quantidade de ataques preventivos realizados por Estados Unidos e Israel, países que se passariam a agir de forma mais cautelosa. Dessa maneira, haveria uma queda no número de enfrentamentos entre Irã, Estados Unidos e Israel, e Teerã gozaria de uma situação favorável no campo securitário.

Ademais, a hipotética obtenção de armas nucleares pelo Irã criaria um cenário de equilíbrio nuclear entre Irã e Israel, único país que possui armas nucleares no Oriente Médio. Para Waltz (2012), há a chance da política de *nuclear breakout* não funcionar de maneira totalmente satisfatória, sendo exigido, por parte do Irã, um elemento de dissuasão mais efetivo, como as armas nucleares. Waltz (2012) adiciona que a crise nuclear no Oriente Médio entre Irã e Israel somente terá fim no momento em que for instaurado o equilíbrio de poder entre as partes, mediante posse de armamento nuclear por parte do Irã. Dessa maneira, ocorreria o término, ou pelo menos a diminuição e abrandamento dos conflitos militares entre Irã, Israel e Estados Unidos, com o término de ciclos de ataques preventivos, formação de alianças, medo e incertezas entre as partes.

## **5. Considerações Finais**

Portanto, mediante o que fora esclarecido, percebe-se que há de fato um espaço para visões mais favoráveis acerca da proliferação nuclear, e o caso iraniano ilustra bem tal assertiva. A dissuasão é um elemento importante dentro da área de Estudos Estratégicos, sobretudo na reflexão ligada às bombas nucleares. As pesquisas iranianas dentro da área nuclear despertam grandes temores dentro do Sistema Internacional, condenada por poderosos atores, sobretudo no mundo ocidental. Contudo, foi possível notar o grau de complexidade da questão nuclear iraniana, pois foram apresentados motivos que justificariam a posse de armamento nuclear por Teerã. A aliança entre Estados Unidos e Israel é forte, com a percepção da importância do uso das capacidades militares de Washington para a realização dos objetivos de Tel Aviv.

A estratégia de *hedging nuclear*, por parte do Irã, deixa o país no limite da possibilidade de se obter armas nucleares, o que gera insegurança em Israel, com o início de novos ataques preventivos. Dificilmente enfrentamentos como os ocorridos em 2025 e 2026 ocorreriam se o Irã já tivesse a posse da bomba nuclear. Entretanto, é válido destacar a resiliência iraniana, principalmente nos combates no ano de 2026, além do grave erro estratégico cometido por Estados Unidos e Israel, que aparentemente subestimaram o impacto do bloqueio do Estreito de Ormuz, grande elemento de dissuasão convencional. A guerra mostrou não ser a melhor alternativa, e a tendência é de agravamento da crise econômica ocasionada pelo conflito. Portanto, percebe-se que a questão nuclear iraniana é muito complexa, e exige constantes estudos e análises aprofundadas para ser melhor compreendida dentro do Sistema Internacional.

## Referências Bibliográficas

- ABDULRASHEED, Abdulyakeen; NURAIN, Abayomi Mumuni. The 2024 re-election of Donald Trump: Implications for international relations, global dynamics and strategic balance. **AKSU Journal of Management Sciences (AKSUJOMAS)**, v. 10, n. 1, p. 24-25, 2025.
- ARBATOV, Alexey. Nuclear Deterrence: A Guarantee for or Threat to Strategic Stability?. In: **NL ARMS Netherlands Annual Review of Military Studies 2020: Deterrence in the 21st Century—Insights from Theory and Practice**. The Hague: TMC Asser Press, p. 65-86, 2020.
- BENLEVI, Raphael. The evolution and future of Israeli nuclear ambiguity. **The Nonproliferation Review**, v. 29, n. 4-6, p. 243-265, 2022.
- BREWER, Eric. What Good Is a Nuclear Threshold Capability? Lessons from Iran's Nuclear Program and Recent Regional Conflict. **Texas National Security Review**, Austin, jun. 2026. Disponível em: <https://tnsr.org/2026/06/what-good-is-a-nuclear-threshold-capability-lessons-from-irans-nuclear-program-and-recent-regional-conflict/>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- BRODIE, Bernard. **Strategy in the Missile Age**. Santa Monica: RAND Corporation, 1959.
- BUDJERYN, Mariana; BUNN, Matthew. Budapest Memorandum at 25: Between past and future. **Belfer Center for Science and International Affairs**, p. 1-28, 2020.
- BUKHARI, Syed Rizwan Haider; MUJADDID, Ghulam. Strategic Ceasefire or Tactical Deception A Geopolitical Analysis of the Iran, Israel, US Crisis in 2025. **Qlantic Journal of Social Sciences**, v. 6, n. 2, p. 146-156, 2025.
- BUNDY, McGeorge. To cap the volcano. **Foreign Affairs**, v. 48, n. 1, p. 1-20, 1969.
- BUNDY, McGeorge et al. The President's Choice: Star Wars or Arms Control. **Foreign Affairs**, v. 63, p. 264, 1984.
- BUNN, Matthew. **Iran's nuclear materials and equipment remain a danger in an active war zone**. The Conversation, [s. l.], 17 mar. 2026. Disponível em: <https://theconversation.com/irans-nuclear-materials-and-equipment-remain-a-danger-in-an-active-war-zone-278008>. Acesso em: 15 jun. 2026.
- COHEN, Avner. **Israel and the Bomb**. New York: Columbia University Press, 1998.
- CORRELL, John T. The Making of MAD. **Air & Space Forces Magazine**, Arlington, VA, 27 jul. 2018. Disponível em: <https://www.airandspaceforces.com/article/the-making-of-mad/>. Acesso em: 11 jul. 2026.
- DEBS, Alexandre; MONTEIRO, Nuno P. **Nuclear politics: The strategic causes of proliferation**. Cambridge University Press, 2016.
- DOLATABADI, Ali Bagheri. The June 2025 Israeli War: Iran's Assessment and Regional Consequences. **Middle East Policy**, v. 32, n. 3, p. 16-35, 2025.

DUECK, Colin; TAKEYH, Ray. Iran's nuclear challenge. **Pol. Sci. Q.**, v. 122, p. 189, 2007.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. 2026 Iran war. Chicago: **Encyclopaedia Britannica**, 2026. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/2026-Iran-war>. Acesso em: 11 jul. 2026.

ENTESSAR, Nader; AFRASIABI, Kaveh L. **Iran nuclear accord and the remaking of the Middle East**. Bloomsbury Publishing USA, 2017.

ESTADOS UNIDOS. Department of Energy. Nevada Operations Office. **United States Nuclear Tests: July 1945 Through September 1992**. Office of Scientific and Technical Information, 2015.

ESTADOS UNIDOS. **Department of War**. Operation Epic Fury. Washington, DC: Department of War, 2026. Disponível em: <https://www.war.gov/Spotlights/Operation-Epic-Fury/>. Acesso em: 11 jul. 2026.

ESLAMI, Mohammad; KAUNERT, Christian. Containment vs. confrontation: Trump 2.0 and a nuclear Iran. **Bulletin of the Atomic Scientists**, v. 81, n. 4, p. 247-256, 2025.

EVRON, Yair. An Israel-Iran balance of nuclear deterrence: Seeds of instability. In: Evron, Yair et al. **Israel and a Nuclear Iran: Implications for Arms Control, Deterrence, and Defense**, Tel Aviv: Institute for National Security Studies, memorandum, v. 94, p. 47-63, 2008.

FERRAGAMO, Mariel. **U.S., Israel Attack Iranian nuclear targets - assessing the damage**. Council on Foreign Relations, [s. l.], 25 jun. 2025. Atualizado em 25 jun. 2025. Disponível em: <https://www.cfr.org/articles/us-israel-attack-iranian-nuclear-targets-assessing-damage>. Acesso em: 12 jun. 2026.

FIANI, Ronaldo. **Teoria dos Jogos: com aplicações em economia, administração e ciências sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

FREEDMAN, Guy. Iranian approach to deterrence: Theory and practice. **Comparative Strategy**, v. 36, n. 5, p. 400-412, 2017.

FREEDMAN, Lawrence. **The evolution of nuclear strategy**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

GONÇALVES, Natália Barbosa Argiles; CERIOLI, Luiza Gimenez. As relações bilaterais do Brasil com a Turquia e o Irã. **Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais Sebreei: Integração Regional e Cooperação Sul-Sul no Século**, p. 295-206, 2012.

GONTIJO, Raquel; JANUÁRIO, Luiza Elena. O programa nuclear iraniano e o regime de não-proliferação: dilemas para o futuro. **Meridiano 47-Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, v. 21, 2020.

GRANT, Tracy. **U.S.-Iran relations: a timeline**. Encyclopedia Britannica, [s. l.], 5 mar. 2026. Atualizado em 15 jun. 2026. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/US-Iran-Relations-A-Timeline>. Acesso em: 22 mai. 2026.

GULL, Shanza; ZULFIQAR, Ammar; ABBAS, Syed Hassan. Strategic Control of Energy Trade: Iran's Economic Leverage Through the Strait of Hormuz in Times of Conflict. **ASSAJ**, v. 5, n. 2, p. 918-927, 2026.

GUIMARÃES, Leonam dos Santos. **Diplomacia nuclear: 70 anos do discurso de Eisenhower do "Átomos para a Paz"**. Consultor Jurídico, São Paulo, 24 out. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-out-24/leonam-guimaraes-70-anos-discurso-atomos-paz/>. Acesso em: 18 mai 2026.

HOKAYEM, Emile. The war against Iran. **Survival**, v. 68, n. 2, p. 41-48, 2026.

HOMAYOUNVASH, Mohammad. **Iran and the Nuclear Question: History and Evolutionary Trajectory**. Routledge, 2016.

INSTITUTE FOR THE STUDY OF WAR. **Significant US bases with persistent US presence in the Middle East**. Washington, D.C.: ISW, 2025. Disponível em: <https://understandingwar.org/map/significant-us-bases-with-persistent-us-presence-in-the-middle-east/>. Acesso em: 16 jun. 2026.

INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY. **The Statute of the IAEA**. Vienna: IAEA, 1956. Disponível em: <https://www.iaea.org/about/statute>. Acesso em: 16 mai. 2026.

IQBAL, Hasnain. Nuclear Diplomacy versus Military Action: The Breakdown of Negotiations and Strategic Outcomes in the Iran-Israel-United States Conflict. **ASSAJ**, v. 5, n. 2, p. 1506-1524, 2026.

JERVIS, Robert. **The meaning of the nuclear revolution: Statecraft and the prospect of Armageddon**. Ithaca: Cornell University Press, 1989.

KAHN, Herman. **On Thermonuclear War**. Princeton: Princeton University Press, 1960.

KALISKY, Yehoshua. Operation Roaring Lion—Initial Insights. **INSS**, Tel Aviv, 8 mar. 2026. Disponível em: [https://www.inss.org.il/social\\_media/operation-roaring-lion-initial-insights/](https://www.inss.org.il/social_media/operation-roaring-lion-initial-insights/). Acesso em: 26 jul. 2026.

KAYA, Emirhan. United States-Iran Relations: The Trump Impact. **Kırklareli Üniversitesi İktisadi ve İdari Bilimler Fakültesi Dergisi**, v. 12, n. 2, p. 275-295, 2023.

KRIGE, John. Atoms for peace, scientific internationalism, and scientific intelligence. **Osiris**, v. 21, n. 1, p. 161-181, 2006.

KRISTENSEN, Hans M.; KORDA, Matt. Israeli nuclear weapons, 2021. **Bulletin of the atomic scientists**, v. 78, n. 1, p. 38-50, 2022.

KRISTENSEN, Hans M. et al. Status of world nuclear forces. **Federation of American Scientists**, 2025. Atualizado em 9 jun. 2026. Disponível em: <https://fas.org/initiative/status-world-nuclear-forces/>. Acesso em: 16 jun. 2026.

KRISTENSEN, Hans M. et al. Russia nuclear weapons, 2026. **Bulletin of the Atomic Scientists**, v. 82, n. 3, p. 221-254, 2026a. Disponível em: <https://thebulletin.org/premium/2026-03/united-states-nuclear-weapons-2026/>. Acesso em: 08 jun. 2026.

KRISTENSEN, Hans M. et al. United States nuclear weapons, 2026. **Bulletin of the Atomic Scientists**, v. 82, n. 2, p. 119-150, 2026b. Disponível em: <https://thebulletin.org/premium/2026-03/united-states-nuclear-weapons-2026/>. Acesso em: 08 jun. 2026.

KROENIG, Matthew H. **Exporting the bomb: technology transfer and the spread of nuclear weapons**. Cornell University Press, 2010.

KROENIG, Matthew. Nuclear superiority and the balance of resolve: Explaining nuclear crisis outcomes. **International Organization**, v. 67, n. 1, p. 141-171, 2013.

LEWIS, Jeffrey. Minimum deterrence. **Bulletin of the Atomic Scientists**, v. 64, n. 3, p. 38-41, 2008.

LOB, Eric; MIRZAEI, Diba; TALEBIAN, Hamid. **Iran in the Aftermath of the Twelve-Day War**. Hamburg: German Institute for Global and Area Studies (GIGA) - Leibniz-Institut für Globale und Regionale Studien, Institut für Nahost-Studien 2025.

MAKAR, David Tyodzer; PILLAH, Tyodzer Patrick. Twelve Days of Escalation: Analyzing the June 2025 Israel–Iran War and US Precision Strikes on Nuclear Infrastructure. **IRASS Journal of Arts, Humanities and Social Sciences**, v. 2, n. 7, p. 1-12, 2025.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. **The Israel lobby and U.S. foreign policy**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.

MILLER, Christopher. Department of Defense. In: Dans, Paul; Groves, Steven (org.). **Mandate for leadership: the conservative promise**. Washington, DC: The Heritage Foundation, 2023. p. 91-132.

MILLS, Claire; CURTIS, John. Israel–Iran 2025: Developments in Iran’s Nuclear Programme and Military Action. **House of Commons Library**, 2025.

MOUSAVIAN, Seyed Hossein. **The Iranian nuclear crisis: a memoir**. Brookings Institution Press, 2012.

MOUSAVIAN, Seyed Hossein. **Iran and the United States: An insider’s View on the Failed Past and the Road to Peace**. Bloomsbury, 2014.

MOUSAVIAN, Seyed Hossein; MOUSAVIAN, Mohammad Mehdi. Building on the Iran nuclear deal for international peace and security. **Journal for Peace and Nuclear Disarmament**, v. 1, n. 1, p. 169-192, 2018.

NALEBUFF, Barry. Brinkmanship and nuclear deterrence: The neutrality of escalation. **Conflict Management and Peace Science**, v. 9, n. 2, p. 19-30, 1986.

NARANG, Vipin. **Nuclear strategy in the modern era: Regional powers and international conflict**. Princeton University Press, 2014.

OLIVEIRA, Guilherme Tadeu Berriel da Silva. Reflexões sobre a Guerra Nuclear e a Natureza Dual da Guerra em Clausewitz. **CEDIS Working Papers**, Lisboa, n. 1, out. 2019.

POLLACK, Kenneth M. et al. **Which path to Persia?** Options for a new American strategy toward Iran. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2009.

POPALZAY, Abdul Wasi; MIR, Musssaib Rasool; MOL, Rajani. From Proxy Warfare to Direct Confrontation: The Evolving Landscape of the Israel–Iran Conflict 2024–2025. **Chinese Journal of International Review**, v. 7, n. 04, p. 2550017, 2025.

RAY, Michael. Iron Dome. **Encyclopedia Britannica**, [s. l.], 9 jun. 2026. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Iron-Dome>. Acesso em: 10 jun. 2026.

REZAEI, Farhad. **Iran's nuclear program: A study in proliferation and rollback**. Springer, 2017.

RUBIN, Uzi. **Operation “True Promise”**: Iran's Missile Attack on Israel. New York: The Middle East Center for Strategic Studies, 2024.

SAHIMI, Muhammad. The long and troubled history of Iran's nuclear program. **Atoms for Peace**, p. 60-81, 2013.

SAQIB, Ms Amna; ALI, Mr Samran. Nuclear Deterrence and National Security in the Twenty First Century. **CISS Insight Journal**, v. 11, n. 1, p. P22-37, 2023.

SCHELLING, Thomas C. An essay on bargaining. **The American Economic Review**, v. 46, n. 3, p. 281-306, 1956.

SCHELLING, Thomas C. **Arms and influence**. New Haven, CT: Yale University Press, 1966.

SCHELLING, Thomas C. **The Strategy of Conflict**: with a new Preface by the Author. Harvard university press, 1980.

SHUBIK, Martin. **Game Theory. Models of Strategic Behavior and Nuclear Deterrence**. New Haven: Cowles Foundation for Research in Economics, Yale University, 1987.

SIMONEN, Katariina. Chemical weapons, Ayatollah Khomeini and Islamic law. **Global Security: Health, Science and Policy**, v. 2, n. 1, p. 29-39, 2017.

SMITH, Luke. **So, why can't Iran have the bomb?** 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas e Estudos Internacionais) – Stellenbosch University, Stellenbosch, 2021. Disponível em: <https://scholar.sun.ac.za/handle/10019.1/124689>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SNYDER, Glenn H. "Prisoner's Dilemma" and "Chicken" Models in International Politics. **International Studies Quarterly**, v. 15, n. 1, p. 66-103, 1971.

TALBOT, Brent. Getting Deterrence Right: The Case for Stratified Deterrence. **Journal of Strategic Security**, v. 13, n. 1, p. 26-40, 2020.

TALBOT, Brent. ISRAEL'S BEGIN DOCTRINE. **Æther: A Journal of Strategic Airpower & Spacepower**, v. 2, n. 4, p. 7-21, 2023.

TERTRAIS, Bruno. What future for nuclear deterrence. **The Fondation pour l'innovation politique**, 2022.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance 2025**. London: Routledge, 2025.

THOMAS, Clayton. Congressional Research Service. **U.S. strikes on nuclear sites in Iran**. Washington, D.C.: Library of Congress, 2025. (CRS Insight, IN12571). Disponível em: <https://www.congress.gov/crs-product/IN12571>. Acesso em: 04 jun. 2026.

THOMAS, Clayton et al. **U.S. Conflict with Iran**. Washington, DC: Congressional Research Service, 2026. (CRS Report, R48887). Disponível em: <https://www.congress.gov/crs-product/R48887>. Acesso em: 11 jul. 2026.

TORRES, José Ignacio Castro. La guerra de los doce días: El león de Judá contra el león del sol. **bie3: Boletín IEEE (Instituto Español de Estudios Estratégicos)**, n. 39, p. 252-265, 2025.

TRACHTENBERG, Marc. **Strategic Thought in América, 1952-1966**. Political Science Quarterly, vol. 104, n. 2, p. 301-334, 1989.

WALTZ, Kenneth N. More may be better. **Adelphi Papers**, London: International Institute for Strategic Studies, n. 171, 1981.

WALTZ, Kenneth N. Why Iran should get the bomb: Nuclear balancing would mean stability. **Foreign Affairs**, p. 2-5, 2012.

WILTGEN, Filipe. ENERGIA ELETRONUCLEAR: FUSÃO NUCLEAR & FISSÃO NUCLEAR. **Revista Ciências Exatas**, v. 30, n. 1, 2024.

WIRTZ, James J. How does nuclear deterrence differ from conventional deterrence?. **Strategic Studies Quarterly**, v. 12, n. 4, p. 58-75, 2018.

WOHLSTETTER, Albert. The Delicate Balance of Terror. **Foreign Affairs**, New York, v. 37, n. 2, p. 211-234, 1959